



Waldemar Rodrigues

## Congresso reabre hoje. Convocação teve saldo positivo

Pauta do ano legislativo normal destaca reforma do Judiciário e MPs que mudam setor elétrico

O Congresso realiza hoje sessão que deverá contar com mensagem do presidente Lula

anunciando prioridades para este ano. Senado votou 17 projetos durante convocação.

Páginas 3 e 4

## Plenário discute denúncia de corrupção

A acusação envolvendo Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República, gerou debate em Plenário. Antero Paes de Barros, Efraim Morais, Mão Santa e Arthur Virgílio defenderam a instalação de CPI para apurar o caso. A líder do PT, Ideli Salvatti, assegurou que o governo e o PT querem esclarecer todas as denúncias.

Célio Azevedo



INVESTIMENTOS Parlamentares examinam proposta do governo para o período 2004-2007

## Comissão de Orçamento pode votar esta semana o Plano Plurianual

## País ainda não aboliu o trabalho escravo

O Especial Cidadania discute a exploração de mão-de-obra no Brasil. O crime, mais freqüente no meio rural, é punido com penas brandas e os acusados raramente são condenados. O Senado aprovou projeto que prevê a perda da terra do fazendeiro que praticar a servidão de trabalhadores. A matéria aguarda o exame dos deputados.



Célio Azevedo

**MENTALIDADE** Tamanho do território dos índios não deve preocupar, adverte Sibá

## Sibá lembra dívida social com os povos indígenas

O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu na sexta-feira uma solução para a questão indígena no país, lembrando a dívida da sociedade brasileira para com os índios e observando que é preciso saber compreender os direitos e o respeito devidos a eles. O senador entende que o tratamento dado aos povos indígenas é resultado de uma mentalidade que privilegia o capital em detrimento da justiça social.

Sibá ressaltou a apreensão de determinados setores com a denominação “nações indígenas” pela dimensão que o termo poderia representar. E também registrou o argumento dos que, ao discutirem o tamanho do território indígena, suscitam a preocupação com a densidade demográfica. Ele salientou ainda que “não se fala de não índios que possuem milhões de hectares de terra”. O parlamentar destacou que, há poucos anos, um único homem reclamou o direito sobre 7 milhões de hectares de terra no Pará.

# Agenda

## Novo modelo elétrico volta a ser discutido amanhã em Plenário



A sessão de hoje, marcada para as 14h30, é não deliberativa, ou seja, sem a votação de matérias. Amanhã, no mesmo horário, o Plenário retoma a discussão dos dois projetos que propõem o novo modelo elétrico. As propostas (PLV 1 e 2/04), provenientes de medidas provisórias, tratam, respectivamente, da comercialização de energia elétrica e da criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

## Congresso inicia 2ª Sessão Legislativa

Os trabalhos da 2ª Sessão Legislativa ordinária da 52ª Legislatura serão abertos hoje, às 12h, em sessão conjunta do Congresso Nacional. O secretário de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo (foto), deve comparecer com a mensagem do presidente da República que marca o início da nova sessão legislativa, presidida pelo senador José Sarney.



## Conselho de Comunicação Social debate programação de TV

Concentração de mídia e classificação da programação televisiva estão na pauta da reunião de hoje do Conselho de Comunicação Social, às 14h. Participam do encontro a secretária Nacional de Justiça, Cláudia Maria de Freitas Chagas, e César

Ricardo Siqueira Bolaño, professor da Universidade Federal de Sergipe. Os conselheiros ouvem ainda o relato dos trabalhos das comissões temáticas do Conselho e definem os calendários dos trabalhos desta legislatura.

## Orçamento deve nomear hoje novo relator para o PPA

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) volta a discutir hoje, às 14h30, o relatório do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) ao

Plano Plurianual (PPA). A falta de entendimento em relação ao parecer, que prevê a redução do superávit primário, adiou a

discussão do PPA oito vezes. Para viabilizar a análise do texto, os parlamentares devem nomear outro relator.

## Cotas e vagas para estudantes em exame

Em discussão na Comissão de Educação (CE), que se reúne amanhã às 11h, dois projetos sobre reserva de vagas. O primeiro (PLS 61/03) institui sistema de cotas para estudantes da rede pública nas universidades federais, enquanto o segundo (PLS 9/03) garante a reserva de vagas nas creches ou entidades similares e pré-escolas públicas para as crianças portadoras de deficiência.



## CI decide convocações

Amanhã, às 14h30, a Comissão de Infra-Estrutura (CI) decide a convocação do ministro dos Transportes, Anderson Adauto, e do diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, José Antônio Silva Coutinho, para discutir denúncias de irregularidades em licitações.

## Auditorias do TCU

Na quarta-feira, às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle analisa avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas pelo órgão no Banco Central, entre outros. E a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência avalia os requerimentos apresentados.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



Célio Azevedo

**EVOLUÇÃO** Aelton observa que agricultura exige portos e estradas com boa qualidade

## Aelton pede investimentos em transporte e armazenamento

O senador Aelton Freitas (PL-MG) voltou a pedir ao governo ações concretas destinadas a melhorar a infra-estrutura de transportes e armazenamento em todo o país. Para ele, o setor se encontra defasado, não apresenta qualquer evolução significativa, “estimulando um déficit crescente e perigoso”.

No entender de Aelton, o novo recorde da produção agrícola nacional – 132,2 milhões de toneladas – exige investimentos no setor, incluindo a modernização dos portos que, observou, se encontram sobrecarregados, além da alocação de recursos para consertar as rodovias. Ele também pediu a ampliação de ferrovias e hidrovias, que teriam a participação da iniciativa privada.

– A grande aposta do governo é o projeto de Parceria Público Privada (PPP), que pode viabilizar a realização dos investimentos na infra-estrutura de armazenagem e escoamento de produção. Mesmo que as soluções não venham com a rapidez que o país precisa, já seria um avanço colocar fim à paralisia estrutural. As parcerias não farão mágicas, mas, bem executadas, renderiam resultados muito positivos – previu Aelton.

Com relação às estradas brasileiras, o senador por Minas Gerais informou que o descaso histórico a que foram submetidas provocou a atual situação “calamitosa”. Mas acredita que o governo “está fazendo o que pode” no sentido de revitalizar a malha rodoviária. Como exemplo, registrou que em 2003 foram aplicados R\$ 165 milhões e, para este ano, estão previstos cerca de R\$ 200 milhões para recapeamento e operações tapa-buracos.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Reforma da Justiça é prioridade no semestre

Sessão solene ao meio-dia de hoje marca o início do período ordinário dos trabalhos do Congresso Nacional

O Congresso Nacional inicia o ano legislativo normal ao meio-dia de hoje, depois de 25 dias de convocação extraordinária. Entre as prioridades para votação neste semestre encontram-se medidas provisórias editadas pelo presidente da República e a reforma do Judiciário, além da votação do Plano Plurianual (PPA), prevendo investimentos do governo federal até 2007.

A solenidade de reabertura dos trabalhos, no Plenário do Senado, deverá contar com a presença do ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, que entregará aos deputados e senadores a mensagem do pre-

## Magistrados debateram pontos polêmicos

A discussão da reforma do Poder Judiciário ocupou três audiências públicas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) durante a convocação extraordinária. Os senadores ouviram o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, e o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal.

Nelson Jobim e Edson Vidigal

defenderam a imediata aprovação da reforma e concordaram nos dois pontos mais polêmicos: a adoção da súmula vinculante – pela qual as decisões dos tribunais superiores teriam que ser seguidas nas demais instâncias – e o controle externo do Judiciário. O ministro Nelson Jobim chegou a afirmar que o controle não fere a autonomia e a independência do Judiciário, nem interfere em seus trabalhos.

Já Márcio Thomaz Bastos decla-

rou-se contrário à adoção da súmula vinculante, porque, na sua opinião, imobiliza os magistrados de primeiro grau, que estariam obrigados a seguir diretrizes estabelecidas pelos tribunais superiores. Thomaz Bastos também defendeu o controle externo. Ele entende que o futuro Conselho Nacional de Justiça, a ser criado para exercer esse controle, deve ser integrado por representantes dos magistrados e da sociedade.

sidente Luiz Inácio Lula da Silva, com um relato do seu primeiro ano de governo e anúncio de suas prioridades para este ano. A mensagem deverá ser lida pelo primeiro-secretário do Congresso, deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA).

Além da reforma do Judiciário, cuja votação começará nos próximos dias na Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), os senadores analisam esta semana as medidas provisórias que mudam substancialmente o modelo de energia elétrica do país. Consta ainda da pauta para os próximos dias um projeto que trata da proteção da Mata Atlântica.

Durante a convocação extraordinária do Congresso, os se-

nadores votaram 17 matérias e aceleraram a discussão de várias outras. A CCJ realizou audiências públicas sobre a reforma do Judiciário e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) chamou empresários e membros do governo para debater a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de impedir a compra da

fábrica de chocolates Garoto, do Espírito Santo, pelo grupo suíço Nestlé.

O Congresso foi convocado pelo presidente da República em cumprimento a acordo feito no fim do ano passado, o que possibilitou a aprovação de vários projetos de interesse do governo, como a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a manutenção da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

Essas matérias foram aprovadas com o voto dos oposicionistas, que exigiram, como contrapartida, que a Câmara dos Deputados votasse com rapidez a chamada emenda paralela da reforma da Previdência, que ameniza a situação previdenciária dos servidores públicos. Na Câmara, a emenda foi votada, durante a convocação, pela Comissão de Constituição e Justiça.

### Reforma teve cinco relatores

A reforma do Poder Judiciário tem origem numa proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada, em 1992, pelo então deputado federal paulista Hélio Bicudo, do PT. Desde então, passou por cinco relatores (três na Câmara e dois no Senado) e recebeu sucessivas contribuições de deputados e senadores. Tamanho detalhamento deve-se à complexidade dos temas envolvidos na reforma. Veja alguns dos pontos da PEC em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado:

<b>Súmula vinculante</b>	O texto do Senado adota as súmulas do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST). As decisões tomadas por pelo menos dois terços dos membros dos três tribunais devem ser obrigatoriamente seguidas pelos juízes de instâncias inferiores
<b>Controle externo do Judiciário</b>	A proposta prevê a criação do Conselho Nacional de Justiça, formado, em sua maioria, por membros do próprio Poder. Entre as funções do conselho está a de controlar a atuação administrativa, financeira e funcional dos juízes
<b>Composição do STF</b>	Pela redação adotada no Senado, não poderão ser membros do STF as pessoas que, nos três anos anteriores à indicação, tenham exercido mandato eletivo, como o de senador e presidente da República, ou que tenham parentesco até segundo grau com pessoas que exerçam mandatos eletivos

#### Acesso à Justiça

A proposta do Senado permite que os tribunais federais e estaduais criem a "Justiça itinerante", para realizar audiências em locais distintos, como escolas públicas e associações comunitárias, e não apenas nos fóruns. O objetivo é ampliar o acesso da população à Justiça

#### Ingresso na carreira

Experiência mínima de cinco anos para que o bacharel em Direito possa concorrer à carreira de juiz por meio de concurso público

#### Promoção dos juízes

Atualmente o critério é o do merecimento. A proposta do Senado prevê a adoção de critérios objetivos de produtividade e presteza do juiz

#### Contratação de parentes dos juízes

Veda a nomeação ou designação de cônjuge, parente até segundo grau e companheiro para cargos e funções comissionadas

#### Foro especial

A PEC em discussão no Senado apenas concede foro especial para as autoridades enquanto elas estiverem no exercício do cargo ou função

#### Quarentena

Uma vez aposentado, o juiz não poderá exercer a advocacia por três anos, em qualquer tribunal. A proposta que veio da Câmara só impedia o exercício no tribunal onde ele tivesse trabalhado, mas os senadores estenderam a quarentena para qualquer foro

## Novo modelo energético para o país deve ser votado amanhã

O Plenário do Senado deve votar amanhã os projetos de lei de conversão (PLVs) das duas medidas provisórias (MPs) que estabelecem novas regras para o setor elétrico brasileiro. Os projetos resultam das alterações introduzidas pela Câmara dos Deputados.

Apesar das mais de 120 emendas apresentadas pelos deputados, as propostas não alteraram substancialmente o modelo do sistema elétrico proposto pelo governo. Uma

das inovações sugeridas pelo Executivo é a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que sucederá o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) no controle das operações de compra e venda de eletricidade. A nova câmara será regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A MP 144 (PLV 1/04) também estabelece a adoção do critério de menor tarifa para a escolha de nova empresa geradora e

transfere ao governo o poder regulamentador sobre o setor, tarefa até então desempenhada pela Aneel. A ampliação de poderes do governo, com a redução da importância da Aneel, é criticada pela oposição, sob o argumento de que afastará os investidores privados ao aumentar a estatização do setor.

O novo modelo determina ainda a separação das empresas de geração e de distribuição. As medidas provisórias davam prazo de um ano para a

divisão dessas empresas, mas os deputados o ampliaram para 18 meses, prorrogáveis por igual período.

O projeto de lei de conversão resultante da Medida Provisória 144 impede a criação de um novo seguro-apagão, determinando que as empresas geradoras assumam os custos da falta de água em seus reservatórios. A proposição não altera, entretanto, o pagamento do seguro criado para bancar os prejuízos com as medidas antiapa-

gão de 2001 e o aluguel de termelétricas. No Senado, o relator da matéria é o senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Já a Medida Provisória 145 (PLV 2/04), que tem como relator o senador e ex-ministro de Minas e Energia Rodolpho Tourinho (PFL-BA), trata basicamente da criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que será incumbida de realizar estudos e pesquisas para auxiliar o governo no planejamento do setor energético.

## CAE pode ouvir juiz paulista sobre caso Parmalat



José Cruz

**Tebet vê analogia entre ação de juiz e projeto de lei**

A decisão do juiz Carlos Henrique Abrão, de São Paulo, determinando a destituição da diretoria da Parmalat antes mesmo do pedido de concordata ter sido aceito pela Justiça, coloca em prática um dispositivo que está no projeto de Lei de Falências em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Em função disso, o presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), convidou o juiz para participar amanhã de audiência. Embora Abrão ainda não tenha confirmado presença, a CAE deve manter a audiência da próxima semana, com o promotor de Justiça Luiz Inácio Vigil Neto, especialista em falências e concordatas.

## Direito a vagas em universidade vai à votação



Geraldo Magela

**Projeto de Sérgio Cabral garante 40% das vagas**

O projeto de lei do Senado (PLS 61/03) de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que institui cota para estudantes da rede pública nas universidades federais, será votado em caráter terminativo pela Comissão de Educação (CE).

O relator do projeto, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou parecer favorável. O projeto garante 40% das vagas em universidades públicas, por curso e turno, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em instituições de ensino da rede pública estadual ou federal. Se aprovada, a matéria segue para a Câmara dos Deputados.



Roosevelt Pinheiro

**SALDO POSITIVO** Plenário do Senado aprovou sete MPs e mais dez projetos no período extraordinário

# Senado aprovou 17 matérias na convocação

**Nas comissões, mais de dez audiências públicas e debates da reforma do Judiciário e da Lei de Falências**

Durante o período de convocação extraordinária, o Senado aprovou 17 matérias, sendo sete medidas provisórias, sete projetos de decreto legislativo, dois projetos de lei da Câmara e um projeto de resolução. As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), além de apreciarem projetos, debateram temas importantes como a nova Lei de Falências, a reforma do Judiciário, a demarcação de terras indígenas e o caso da venda da Garoto para a Nestlé.

Entre as matérias aprovadas pelos senadores está o projeto

de lei de conversão (PLV 3/04). Essa MP foi editada pelo governo depois que parlamentares criticaram o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que autorizava a destinação de verbas do Fundef para instituições especializadas na educação de excepcionais. O Senado ainda aprovou a MP que estipula um prazo de dez anos para aposentados e pensionistas pedirem revisão de seu benefício na Justiça.

### Comissões

Nas nove reuniões da CAE foram realizadas seis audiências públicas, com a participação de 20 convidados, para instruir o projeto de lei da Câmara (PLC 71/03), que institui a nova Lei de Falências. Uma outra audiência pública discutiu a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de reprovar a venda da empresa Chocolates Garoto para a Nestlé. A CAE aprovou a auto-

matização para a prefeitura de Curitiba (PR) contratar empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Já a CCJ, em suas cinco reuniões, realizou três audiências públicas para debater a reforma do Judiciário. A CRE, que se reuniu quatro vezes, apreciou duas mensagens do presidente da República indicando embaixadores e aprovou sete projetos de decreto legislativo referentes a convenções e acordos assinados pelo governo brasileiro. Também debateu a missão parlamentar que negocia a repatriação de 922 brasileiros detidos nos Estados Unidos por migração ilegal e realizou audiência pública com a presença dos governadores Zeca do PT (Mato Grosso do Sul) e Flamarion Portela (Roraima) para discutir a demarcação de terras indígenas.

## CMO deve votar relatório do PPA hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve se reunir nesta semana para votar o parecer do relator do Plano Plurianual (PPA), senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que discorda da política do governo de reservar 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para o pagamento de juros da dívida pública. Ele propõe redução gradual nesse percentual, o que é considerado inaceitável pelo governo, com medo de uma reação negativa dos investidores em títulos públicos.

Para resolver o problema, os líderes da base do governo decidiram rejeitar no voto o parecer de Saturnino, o que exigirá a indicação de um novo relator para o PPA, em que estão listados todos os investimentos que o governo federal pretende fazer até o fim de 2007. O senador Sibá Machado (PT-AC) deverá ser indicado como novo relator, caso o parecer de Roberto Saturnino seja mesmo rejeitado.

A comissão, para cumprir essa estratégia, deve se reunir

às 14h30 de hoje, convocada pelo seu presidente, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). A votação, no entanto, exigirá empenho da base governista, porque os líderes dos partidos de oposição pretendem exigir número mínimo de deputados e senadores para qualquer deliberação.

– Se o governo quer votar o PPA, então que coloque seus parlamentares na CMO – afirmou em entrevista à imprensa o deputado Pauderney Avelino (PFL-AM).

## Comissões analisam convite a Aداuto

Dois requerimentos, um do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e outro do senador José Jorge (PFL-PE), estão na pauta da Comissão de Infra-Estrutura (CI) com o objetivo de convocar o ministro dos Transportes, Anderson Aداuto, para prestar esclarecimentos sobre as denúncias do diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), José Antonio Silva Coutinho, que envolvem o desvio de recursos destinados a obras rodoviárias e irregularidades em licitações. O requerimento de José Jorge pede também o comparecimento de Coutinho. A reunião está marcada para amanhã, a partir das 14h30.

Pelo mesmo motivo, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) reúne-se na quarta-feira, para analisar o requerimento apresentado pelo senador Arthur Virgílio de convocação do ministro dos Transportes, Anderson Aداuto.

Em discurso na última semana, José Jorge considerou inédito o fato de o diretor do Dnit ter enviado três correspondências ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, e ao corregedor-geral da União, Waldir Pires, denunciando 15 casos de corrupção no próprio órgão que dirige. De acordo com o senador, Coutinho e Aداuto não se entendem. Coutinho foi demitido pelo ministro na semana passada.

Consta ainda da pauta da CI projeto de lei do Senado (PLS 39/02), do então senador Arlindo Porto, que determina que as empresas prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Celular deverão colocar à disposição de seus assinantes, gratuitamente, o acesso a um sistema opcional de registro e medição de pulsos telefônicos.

O projeto de lei estabelece que o sistema opcional deverá permitir o efetivo controle, pelo próprio assinante, das chamadas locais e interurbanas realizadas por meio de seu terminal telefônico.



José Cruz

**Anderson Aداuto deve falar sobre irregularidades**

# Denúncia de corrupção repercute no Plenário

A reportagem publicada na edição desta semana da revista *Época*, envolvendo o ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República Waldomiro Diniz em atos de corrupção e tráfico de influência, repercutiu no Plenário do Senado, na sexta-feira. Os senadores Antero Paes de Barros, Efraim Morais, Mão Santa e Arthur Virgílio defenderam a instalação de uma comissão

parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar as acusações. A líder do PT, senadora Ideli Salvatti, assegurou que o governo federal e o Partido dos Trabalhadores “vão se empenhar a fundo” para esclarecer todas as denúncias. Ela informou que, tão logo tomou conhecimento da reportagem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou a

exoneração de Diniz da função de subchefe para Assuntos Parlamentares da Casa Civil. E disse que o presidente da República solicitou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a abertura de inquérito no âmbito da Polícia Federal. Virgílio observou que as denúncias precisam ser levadas a sério, porque foram veiculadas por uma revista de boa reputação.

## ANTERO DE BARROS

### “A gravidade dos fatos é chocante”

Autor de requerimento para criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar as denúncias veiculadas pela revista *Época*, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediu a demissão imediata do chefe de Waldomiro Diniz, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, que também seria alvo da investigação da comissão de inquérito.

— A gravidade dos fatos é chocante. Desde a CPI do caso Colar/PC Farias não ocorria um fato político de tamanha gravidade envolvendo um governo.

A revista *Época*, citada por Antero, informa ter uma fita de vídeo gravada em 2002 pelo bicheiro Carlos Augusto Ramos,



Célio Azevedo

o “Carlinhos Cachoeira”, em que Waldomiro Diniz pede propina para si próprio e para a campanha eleitoral do PT.

Diniz, em 2002, presidia a Loteria do Rio de Janeiro, nomeado pela então governadora Benedita da Silva, do PT. A revista acrescenta que ele confessou aos repórteres que recebeu o suborno e entregou pessoalmente R\$ 100 mil ao comitê do candidato petista ao governo de Brasília, Geraldo Magela. E teria contribuído com as campanhas de Benedita e de Rosinha Matheus, atual governadora do Rio de Janeiro.

## EFRAIM MORAIS

pouco, já que ele estava a 40 metros do gabinete de Dirceu. Está aí uma grande oportunidade para o PT, que durante toda a sua existência usou a tribuna para denunciar escândalos e pedir providências.

Efraim informou que já assinou o pedido de criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) e disse esperar que parlamentares do PT também o façam. E afirmou que agora cabe ao governo o esclarecimento do caso.

O senador pediu a transcrição, nos Anais, de artigos dos jornalistas Villas-Boas Corrêa e Clóvis Rossi. Em seu artigo, “Recados do povo”, Villas-Boas comenta a queda de popularidade do governo. Já Rossi, no artigo “O PT, a torta e o aniversário”, diz que o partido “começou jogando, simbolicamente, tortas na cara de todos os adversários”.



J. Freitas

### Denunciado trabalhava a 40 metros de Dirceu

O senador Efraim Morais (PFL-PB), líder da Minoria, também pediu o afastamento do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, diante das denúncias contra o subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil.

— Já tomamos conhecimento de que Waldomiro foi exonerado. Mas ainda consideramos

## MÃO SANTA

### Alencar deveria ser conselheiro do presidente

Depois de tomar conhecimento das denúncias contra o assessor do Palácio do Planalto Waldomiro Diniz, o senador Mão Santa (PMDB-PI) anunciou em Plenário que já assinou o requerimento para criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as irregularidades apontadas pela revista.

Como ex-prefeito e ex-governador, Mão Santa ofereceu sua contribuição a Lula para que o presidente possa identificar as “más companhias”. Para ele, o assunto é comprometedor e o fato entristecedor, demonstrando que há má-fé em determinados setores do Planalto.

Em vez de ouvir “esse tipo de assessor”, o senador sugeriu a Lula que ouça o vice-presidente José Alencar, que deveria ser o “cardeal Riche-lieu, o conselheiro do presidente, por ser honrado, representando a pureza e a grandeza de Minas Gerais”.

Mão Santa aproveitou seu discurso na última sessão do período de convocação para agradecer à estrutura administrativa do Senado pela qualidade dos serviços prestados em apoio ao trabalho legislativo e aos senadores.



Célio Azevedo



J. Freitas

### PT e Planalto vão esclarecer o episódio

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), informou que tanto o Palácio do Planalto quanto o Partido dos Trabalhadores “irão se empenhar a fundo” para esclarecer todas as denúncias publicadas pela revista *Época*.

— Podem ficar tranqüilos. O governo e as pessoas que compõem a sua base de sustentação política não descansarão

## IDELI SALVATTI

enquanto o episódio não for totalmente esclarecido. Se houver culpados, sejam quem for, serão punidos exemplarmente — garantiu a senadora.

Ideli informou que tão logo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou conhecimento das denúncias determinou a exoneração de Waldomiro Diniz. A senadora disse ainda que o presidente solicitou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a abertura de inquérito pela Polícia Federal.

Mesmo reconhecendo que as denúncias são graves, Ideli estranhou que o episódio tenha vindo à tona somente agora, apesar de ter ocorrido em maio de 2002, antes da posse no governo do Partido dos Trabalhadores.

— Se alguém, ao tomar conhecimento de um crime, não o torna público, também estará sujeito às penalidades da lei.

## ARTHUR VIRGÍLIO

### Falta resposta de Lula aos milhões de eleitores

Para o líder do PSDB, o senador Arthur Virgílio (AM), a resposta da líder petista, Ideli Salvatti (SC), foi “pífia” e totalmente inadequada à gravidade das acusações contidas na matéria da revista *Época*.

— Exijo uma resposta de verdade, não o escapismo de demitir Waldomiro e solicitar investigações da Polícia Federal. É tolice acreditar que outros fatos enterrarão uma denúncia tão grave e bem documentada. Nem que Bush invada outro país, o PSDB não esquecerá o caso — garantiu o parlamentar.

Na opinião de Virgílio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está devendo uma resposta aos milhões de brasileiros que



J. Freitas

votaram nele, uma resposta à altura de sua biografia. Ele sugeriu que Lula poderia começar ordenando à base de apoio ao governo que assinem o requerimento de uma comissão parlamentar de inquérito.

O senador disse que as denúncias precisam ser levadas a sério, porque se trata de “uma revista de boa reputação”. Ele afirmou que o governo precisa esclarecer se Waldomiro enganou todas as autoridades do governo para ser nomeado assessor parlamentar do Planalto ou se o governo já sabia das suspeitas que o cercavam.



J. Freitas

**DESTAQUE** Produtores foram classificados em concurso de qualidade, celebra Camata

## Camata parabeniza cafeicultores do Espírito Santo

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) parabenizou os 50 cafeicultores do Espírito Santo classificados na primeira fase do Concurso de Qualidade Cafuso para cafés "arábica das montanhas". O concurso está em sua terceira edição e é promovido pelas empresas Tristão, responsáveis pela Real Café e Café Cafuso, e sua parceira internacional, a japonesa Ueshima Coffee & Company, informou o senador.

– O objetivo principal é incentivar a produção de cafés de alta qualidade, de forma a atender à crescente demanda internacional por produtos diferenciados. No mercado japonês, o produto oriundo do meu estado está sendo vendido pela Ueshima desde o início do mês, com um selo distintivo onde se lê "Café das Montanhas do Espírito Santo" – assinalou.

Camata acrescentou que os 50 produtores estão distribuídos entre os municípios de Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante, Conceição do Castelo, Muniz Freire, Castelo, Afonso Cláudio, Brejetuba, Santa Teresa, Iúna, Vargem Alta, Irupi e Itarana.

Ele disse que serão premiados aqueles que apresentarem as 31 melhores amostras, com garantia de compra e colocação no mercado japonês.

# Serys defende estação brasileira na Antártida

■ Senadora destaca a importância das pesquisas no continente e pede a aprovação de verbas

O transcurso da comemoração de 20 anos da inauguração da Estação Comandante Ferraz, na Antártida, no dia 6 de fevereiro, levou a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) a defender a presença cada vez mais efetiva do Brasil no continente. A senadora, que esteve na Antártida em julho de 2003, considera que há grande potencial de conhecimento que pode ser acessado por meio da estação científica brasileira no continente gelado.

Para justificar a necessidade de mais recursos para as pesquisas, Serys destacou que a Antártida possui 70% da água potável, um dos bem mais preciosos do planeta. Além disso,



Célio Azevedo

**CHUVAS** Serys também comenta o problema das estradas em Mato Grosso

a senadora ressaltou que a Antártida possui um subsolo rico em minerais.

– Teria cabimento o nosso país abdicar da participação nos destinos daquele continente? – questionou Serys.

Ela pediu que os parlamentares aprove verbas orçamentárias para os quase 100

projetos de pesquisa brasileiros em andamento no continente. Pelas condições adversas de sobrevivência naquela região, a senadora classificou de heróis os pesquisadores e profissionais da Marinha e da Aeronáutica que lá servem.

### Estradas

Em discurso na sexta-feira, Serys informou que as chuvas que assolam o Brasil pioraram as condições das estradas de Mato Grosso. Tanto as rodovias federais como as estaduais, disse, estão em péssimo estado de conservação, acarretando sérios danos à produção agrícola do estado.

As estradas estaduais, que segundo Serys "estão de dar dó", não têm possibilitado o escoamento dos grãos, que estão se perdendo em caminhões atolados, levando a grandes prejuízos. Ela pediu ao governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, que torne as estradas estaduais transitáveis.



J. Freitas

**HEROÍSMO** Para Tuma, dedicação das equipes impediu tragédia ainda mais grave em SP

## Tuma: policiais dão exemplo ao salvar vítimas das enchentes

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu o registro, nos Anais do Senado, do heroísmo dos policiais civis e militares que utilizaram quatro helicópteros oficiais para salvar 38 pessoas que se encontravam em situação crítica na Zona Leste de São Paulo, devido ao temporal que caiu na quarta-feira. O senador também enfatizou que os governantes do estado e da cidade estão adotando medidas de emergência para minimizar o sofrimento dos flagelados, que perderam tudo com as inundações.

De acordo com Tuma, todos que viram pela TV os policiais militares e civis em ação se emocionaram. Enquanto as águas ameaçavam encobrir dezenas de pessoas, três helicópteros sobrevoavam os locais e socorristas desciam por rapel ou dentro de cestos especiais, e, evitando a rede elétrica e telefônica, conseguiam içar as pessoas até as aeronaves, relatou o senador.

– A dedicação e a eficiência daquelas equipes de policiais civis e militares impediram que a tragédia assumisse proporções ainda mais graves. Desejo que o seu heroísmo fique consignado como exemplo a ser seguido e que sintam o agradecimento da população paulistana e deste senador – afirmou.

## Lobão anuncia programa de combate ao trabalho escravo no Maranhão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou que o governo do Maranhão vai lançar um amplo programa de erradicação do trabalho escravo no estado, a partir de março, com fiscalização intensa em toda a área rural e urbana. "O Maranhão tem a fama de ter os piores índices de trabalho escravo no país, o que é profundamente injusto. Na verdade, o que tem acontecido é o aliciamento de trabalhadores no nosso estado para exploração escrava em outras regiões do país", disse o senador.

Lobão recebeu em seu gabinete o diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Armond Perei-



Célio Azevedo

**RIGOR** Governo do estado vai intensificar a vigilância, informa Edison Lobão

ra, a coordenadora de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho, Patrícia Audi, e o representante do governo do Maranhão em Brasília, Orlando Muniz, e apresentou a todos o plano que será

implantado no estado. O parlamentar lembrou também que há um projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida por Lobão, que trata do assunto. "O projeto do senador Jereissati é muito bom e será analisado e votado rapidamente com o início dos trabalhos legislativos de 2004", afirmou ele.

Armond Pereira disse que a exploração do trabalhador não é consequência de miséria, mas de impunidade. "É muito bom que o Maranhão tenha tomado a iniciativa de combater o trabalho escravo, e a OIT dará todo apoio", afirmou Pereira.

## Valmir Amaral quer mudar fórmula da cola de sapateiro

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) encaminhou projeto de lei (PLS 10/04) em que é proibida a produção e a comercialização de adesivos químicos de contato que contêm substâncias voláteis capazes de produzir dependência física ou psíquica nas pessoas, ainda que por uso indevido do produto. Neste

caso, a conhecida cola de sapateiro.

– Por se tratar de assunto preocupante, que diz respeito à saúde pública e representa ameaça à vida de crianças e adolescentes, tomei a iniciativa de propor que as substâncias que causam dependência e que estão contidas na cola de sapateiro, os chamados solventes, sejam subs-

tituídas por componentes inofensivos – explicou.

Valmir Amaral lembrou que o Brasil já detém e domina a tecnologia para transformar a cola de sapateiro em adesivo neutro, substituindo os solventes por um diluidor universal à base de água. A cola não perderia sua eficiência e ainda deixaria

de ser tóxica. "O governo ganharia em todas as direções e conseguiria ainda poupar somas significativas que são gastas para recuperar os viciados e os que são contaminados pelo cheiro da cola em suas atividades profissionais", afirmou o senador na justificativa da proposta.



Roque de Sá



Roosevelt Pinheiro

**TRANSPORTE** Romero Jucá destaca artigo sobre a indústria naval brasileira

## Jucá elogia revista e diz que BNDES é celeiro de cérebros

Num elogio à *Revista do BNDES* e à qualidade dos artigos que ela publica, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que tanto quanto uma instituição financeira, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um celeiro de cérebros, onde se pensa o Brasil e suas potencialidades. Em sua opinião, o banco tem-se mantido firme em garantir que o desenvolvimento econômico se transforme em melhoria do bem-estar do povo brasileiro.

Entre os vários artigos publicados na edição nº 18 da revista, Jucá mencionou o texto intitulado "Indústria naval do Brasil: panorama, desafios e perspectivas", de autoria de Jorge Antonio Bozoti Pasin, que discute o transporte aquaviário. O senador destacou o texto porque, a seu ver, embora sabendo-se que a infraestrutura é a base para o crescimento econômico, no Brasil a questão é continuamente relegada a segundo plano.

– Há décadas, como observa Pasin, o Brasil ou tem deixado os transportes de lado ou os tem tratado de forma inadequada. Nos anos 70, o setor de transportes optou por não se preocupar com questões como eficiência, produtividade e competitividade.

Jucá afirmou que as perspectivas são positivas porque houve o programa de arrendamentos portuários; a Lei do Petróleo; o programa Navega Brasil, que trouxe modificações nas condições do crédito aos armadores e estaleiros; e um novo cenário, em que a globalização significa a entrada do Brasil em áreas de livre comércio.

## Medida contraria o interesse nacional ao ameaçar milhares de empregos, adverte senador

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) pediu na sexta-feira, em Plenário, o apoio de todos os parlamentares à tentativa de reverter a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que obriga a Nestlé a vender o controle da Garoto. A decisão, disse ele, contraria o interesse nacional, por causa da ameaça aos empregos de milhares de trabalhadores da Garoto, fábrica localizada em Vila Velha (ES). A fusão entre as duas empresas ocorreu em fevereiro de 2002.

Motta encaminhou à Mesa um requerimento de voto de censura do Senado ao Cade. O assunto foi debatido na última semana pela Casa e gerou protestos por parte dos senadores capixabas preocupados com a situação da empresa e de seus funcionários. O requerimento será incluído na pauta de votações do Plenário a partir de amanhã.

– O que se infere é que o emprego, o bem-estar social e o Espírito Santo não possuem qualquer valor ou relevância. Trata-se de um grande golpe no povo, especialmente para as desesperadas famílias capi-



Célio Azevedo

**RECONHECIMENTO** João Batista Motta homenageia carteiro e ressalta papel dos Correios

xabas. Conclamo todos os senadores para que se aliem a nossa causa, para reverter esse

triste quadro de insensibilidade de um órgão público – afirmou.

João Batista Motta observou que o Cade não se opôs à fusão entre as empresas Antarctica e Brahma, que resultou na criação da AmBev, detentora, segundo o senador, de 70% do mercado de cervejas no Brasil. Juntas, disse Motta, a Nestlé e a Garoto respondem por 54% do mercado de chocolates do país, porcentagem bem inferior à da AmBev. "A quem interessa esse desserviço?", questionou.

O senador recordou que, ao ser adquirida, a Garoto passava por dificuldades, em especial por causa de problemas ligados à herança de seu antigo proprietário. A Nestlé, relatou, aceitou manter os empregos da tradicional indústria capixaba e ainda planejava construir uma fábrica no norte do

estado, região mais pobre do Espírito Santo.

### Correios

No mesmo pronunciamento, João Batista Motta prestou uma homenagem aos carteiros e ressaltou o papel da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) na retomada do crescimento econômico do país. Ele afirmou que os resultados obtidos pela ECT a equiparam aos melhores correios do mundo e demonstram que uma empresa pública pode ser eficiente e útil ao país.

– Ainda há uma grande expectativa de que 2004 seja o ano em que o Brasil vai se reencontrar com o crescimento. E ninguém melhor do que o carteiro para simbolizar esse sentimento. Que ele seja o verdadeiro mensageiro da esperança e que sua bolsa esteja repleta de boas novas para todos os brasileiros – disse Motta.

## Entenda o caso Nestlé x Cade

A multinacional Nestlé comprou a Chocolates Garoto em fevereiro de 2002, por R\$ 560 milhões (em valores da época). Para ser efetivada, a fusão precisava de autorização do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão do Ministério da Justiça responsável pela manutenção da livre concorrência entre as empresas.

No dia 4 de fevereiro passado, o Cade determinou que a fusão

só seria permitida se a Nestlé vendesse o controle acionário da Garoto, ou ativos equivalentes ao valor da Garoto, para um terceiro competidor do mercado de chocolates. Os conselheiros do Cade alegaram que a fusão cria uma empresa de grande poder de mercado, responsável por 58,4% do mercado de chocolates do país.

A decisão provocou protestos no Espírito Santo – estado onde a Garoto foi fundada em 1929 pelo

imigrante alemão Henrique Meyerfreund – e intensos debates no Senado, onde a questão foi discutida em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na última quarta-feira, com a presença dos conselheiros do Cade e executivos da Nestlé. Os senadores do Espírito Santo querem que o órgão reveja a decisão que, segundo eles, vai provocar demissões na Garoto.

## Paim quer reajustar a tabela do Simples em 70%

Centenas de milhares de pequenas empresas poderão beneficiar-se com a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que reajusta em 70% a tabela do Simples, o imposto federal simplificado criado em 1996 para estimular a regularização dos negócios de pequeno porte em todo o Brasil. A proposta (PLS 2/04) será analisada pela CAE em caráter terminativo a partir desta semana, quando começa a sessão legislativa ordinária deste ano.

Segundo Paim, desde sua cri-

ação o Simples jamais teve a tabela de recolhimento fiscal corrigida, apenas faixas superiores de contribuição foram criadas nos anos seguintes. Com isso, a alíquota mais alta (8,6%), acrescida de 50% para determinados tipos de negócios, já coloca as empresas de pequeno porte virtualmente em nível de igualdade com as grandes empresas, pois a alíquota normal do imposto de renda é de 15%.

Considera-se microempresa, para efeito do Simples, a pessoa jurídica com receita bruta igual ou inferior a R\$ 120 mil ao

longo de um ano fiscal. Aquelas que faturam entre R\$ 120 mil e até R\$ 1,2 milhão são enquadradas como empresas de pequeno porte. As alíquotas existentes variam de 3% a 8,6%.

A inscrição no sistema implica no pagamento mensal unificado de vários impostos e contribuições federais, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), entre outros.



José Luiz

**VANTAGEM** Projeto de Paim que beneficia pequena empresa será examinado pela CAE

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Sibá Machado, João Batista Motta, Aelton Freitas e Mão Santa e pela senadora Serys Slhessarenko



Foto: Marco Antônio Leiteira/Ag. O Globo

# CIDADANIA ESPECIAL

Ano II - Nº 18 - Jornal do Senado - Brasília, segunda-feira, 16 de fevereiro de 2004

## Lei determina prisão dos infratores

O Brasil é signatário de vários acordos internacionais que tratam do combate ao trabalho escravo: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Convenção sobre Escravatura (1926), da ONU; a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), da Organização dos Estados Americanos (OEA), e a Convenção nº 29, sobre a Abolição do Trabalho Forçado ou Obrigatório (1930), da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Na legislação federal, a proibição consta, além da Constituição federal, em seu artigo 5º, do Código Penal Brasileiro, artigos 149, 197, 198, 203 e 207, e das Leis 10.803/03 e 9.777/98, principalmente. Segundo as normas jurídicas, reduzir alguém à condição semelhante à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou agenciador, incorre em pena de reclusão de quatro a oito anos e multa. Para quem constringer alguém, mediante violência ou grave ameaça, a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias, pena de até um ano de detenção. Para aquele que aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional, a pena de detenção pode ser de um a três anos e multa.

**Dificuldade para punir** - Um único trabalhador brasileiro foi indenizado por ser explorado como escravo. O agricultor paraense José Pereira Ferreira recebeu R\$ 52 mil, pagos pelo governo federal, em decorrência da atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA), da qual o Brasil é signatário. Foram 14 anos de negociações para que José Ferreira tivesse seu direito reconhecido e recebesse a indenização. Cerca de 100 outros casos aguardam uma decisão similar.

Punir os criminosos, porém, parece mais difícil. Há registro de apenas uma condenação criminal no Brasil por trabalho escravo. E a pena foi comutada para a distribuição de cestas básicas. De acordo com o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Lélcio Bentes Corrêa, as penas são baixas demais, favorecendo os acusados, que podem receber benefícios como o *sursis* e as penas alternativas. O ministro explicou, em recente palestra promovida pela OIT e pela Radiobrás sobre o tema, que o Ministério Público do Trabalho (MPT) não tem poder para pedir a punição criminal dos responsáveis. O MPT pode, apenas, agir na esfera dos direitos trabalhistas. Cabe ao MP estadual a incumbência de pedir a punição criminal. Bentes propõe que, para agilizar o processo, os procuradores do trabalho possam ao menos colher depoimentos dos trabalhadores para uma futura ação criminal.



## Proprietário pode perder a terra

A terra onde forem encontrados trabalhadores em situação análoga de escravos poderá ser expropriada. É o que prevê a proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01) de autoria do então senador Ademir Andrade, já aprovada pelo Senado e aguardando exame dos deputados. Outro projeto (PLS 208/03), do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), altera o Código Penal, aumentando a pena de reclusão, de dois a oito anos, para cinco a dez anos, para quem explorar mão-de-obra em situação de servidão. O senador César Borges (PFL-BA), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), incluiu como circunstância agravante a exploração de pessoas da mesma família, mulheres, idosos, gestantes, indígenas e menores. Já o Projeto 487/03, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), veda a empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo na produção de bens e serviços, contratos com órgãos e entidades da administração pública, concessão de benefícios fiscais e participação em licitações. O projeto também aguarda votação da CCJ.

## Denúncias ajudam a combater crime

O combate ao trabalho escravo envolve a ação conjunta do Ministério do Trabalho, da Polícia Federal e do Ministério Público do Trabalho. Em 1995, foi criado o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GM), no âmbito do Ministério do Trabalho (MT), que realiza vistorias surpresas, libertando trabalhadores e aplicando multas quando são encontradas irregularidades.

É por meio das denúncias que a fiscalização encontra os trabalhadores. O cidadão pode procurar, ainda, uma delegacia regional do trabalho (DRT) ou telefonar para o serviço Alô Trabalho, do MT.

### Ministério do Trabalho

Alô Trabalho - 0800 610101

Tel: (61) 317-6000

www.trabalho.gov.br

### Ministério Público do Trabalho

Tel: (61) 314-8500

www.mpt.gov.br

### Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Tel: (61) 225-8133

www.ilo.org

### Comissão Pastoral da Terra

Secretaria Nacional

Tel: (062) 212-6466

www.cptna.com.br

# Trabalhadores ainda são escravizados no Brasil

Passados 116 anos da assinatura da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no país, milhares de brasileiros ainda são explorados e submetidos a condições semelhantes ao trabalho escravo. Em janeiro, três fiscais do Ministério do Trabalho, que investigavam denúncias de trabalhos forçados em fazendas na região de Unaí, em Minas Gerais, foram assassinados. O crime revelou a dificuldade das autoridades em combater o problema.

O trabalho forçado é um fenômeno mundial e compreende a violação de vários direitos humanos. Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU), a escravidão hoje está relacionada a outros crimes, como exploração sexual de mulheres e crianças, tráfico de pessoas e venda de órgãos humanos. No Brasil, há ainda o envolvimento de grileiros e madeireiros ilegais.

Nesta edição do Especial Cidadania\*, saiba como a ex-

ploração acontece, a quem denunciar e quais são os projetos que podem ser votados pelo Congresso sobre o assunto. A escravidão atinge não só os indivíduos aliciados e suas famílias, mas corrompe também a ordem social e econômica vigentes. A liberdade e dignidade da pessoa humana e a utilização da mão-de-obra remunerada, no livre exercício do trabalho, são garantias de todos, como prevê a Constituição federal.

## Analfabetismo facilita exploração

A maior incidência de trabalhadores em regime de escravidão está nos estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Mas há casos também em Minas Gerais, Paraíba, Bahia, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), há entre 25 mil a 40 mil trabalhadores nessa situação, envolvidos em atividades como agricultura, pecuária e desmatamento. A exploração atinge a população mais vulnerável, composta por analfabetos ou com pouquíssima instrução, pobres e desempregados. Dois em cada três dos arregimentados vêm do Nordeste. Apesar de ocorrer principalmente no meio rural, já foi comprovada a existência de trabalho escravo também no meio urbano.

A modalidade de escravidão mais comum no Brasil é a servidão ou "peonagem" por dívida. Os trabalhadores são atraídos por agenciadores, conhecidos como "gatos", com falsas promessas de salários e outros benefícios para trabalharem em regiões distantes de onde moram. Isolados, são submetidos a longas jornadas de trabalho em condições precárias. Os trabalhadores são obrigados ainda a comprar as ferramentas de trabalho e a pagar pela alimentação. Com isso, assumem dívidas impossíveis de serem pagas. Vigçados por homens armados e constantemente ameaçados, ficam impedidos de sair.

Levantamento da OIT detectou que há no país 159 municípios exportadores de mão-de-obra, localizados em cinco estados. O estado campeão em gerar trabalhadores para serem explorados é o Maranhão, com 43 cidades. Em seguida vêm Piauí (40), Pará (32), Mato Grosso (25) e Tocantins (19).



### Números da fiscalização

#### 2002

91 estabelecimentos fiscalizados  
2.306 trabalhadores libertados  
661 atos de infração lavrados  
R\$ 1.928.319,50 pagos em direitos trabalhistas

#### 2003

193 estabelecimentos fiscalizados  
4.932 trabalhadores libertados  
1.389 atos de infração lavrados  
R\$ 5.911.966 pagos em direitos trabalhistas

\*Colaborou a consultora legislativa do Senado Roberta Maria Corrêa de Assis.